

Editorial

No meu retorno a frente dos Cadernos Ebape.BR gostaria, inicialmente, de agradecer ao professor Eduardo Ayrosa, editor adjunto, os editoriais dos dois últimos números, lançados no período do meu afastamento.

Este número é bastante diversificado em termos de conteúdo dos artigos publicados. Entretanto, um dos temas parece tangenciar a todos eles: o desenvolvimento. Durante dois anos (2005 e 2006) tive o prazer de coordenar uma área temática na Divisão de Estudos Organizacionais da Anpad chamada "Organizações e Desenvolvimento". Ainda, em 2007, coordenei uma área chamada "Desenvolvimento" no X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, realizado em Salvador. O grande número de trabalhos submetidos nessas duas áreas me fez ter a certeza de que o tema precisa retornar a uma posição central na Administração.

A evolução empírica do desenvolvimento e a inflexão correspondente de seu conceito, estão permeadas por mudanças nos padrões de produção, alto desenvolvimento tecnológico, globalização de mercados e fluxos financeiros que promoveram, ao longo do tempo, uma reorganização de instituições e forças promotoras do desenvolvimento evidenciando novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade. O foco na localidade e a articulação entre instituições de diferentes naturezas implicam em reconhecer um palco mais ou menos delimitado onde diferentes atores protagonizam jogos de poder.

O conceito de desenvolvimento é central em um país como o Brasil, onde as pessoas ainda morrem por insuficiência alimentar. A única maneira de resolver este problema é levar o desenvolvimento para as regiões menos privilegiadas do país. Como disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil não é um país pobre; é um país desigual. O desenvolvimento pode ajudar a diminuir as diferenças entre ricos e pobres, bem como levar condições mais humanas de vida às populações que hoje se encontram em situação de miséria. Não há "condição humana" sem desenvolvimento.

Algumas análises sobre desenvolvimento encontram-se disponíveis neste número. No primeiro artigo deste número Jorge Sausen e Wylmor Dalfovo analisam o processo de formação e desenvolvimento do Pólo Moveleiro de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso e sua contribuição para o desenvolvimento local. Na sequência, Luiz Augusto Bichara e Élvia Fadul analisam os consórcios de operação formados por empresas prestadoras de serviço público de transporte de passageiros de ônibus em Porto Alegre. Os autores concluem que, apesar de apresentar alguns resultados interessantes, o consórcio ainda não é suficientemente maduro em relação ao potencial do modelo de organização em rede. No terceiro artigo Carla Gómez e Leonardo Castillo apresentam o modelo EPC-Social para avaliação da performance social para negócios sustentáveis. Segundo os autores, o modelo permite colher informações para subsidiar a tomada de decisão em relação ao gerenciamento do impacto social. Alexandre Faria e Takeyoshi Imasato assinam o quarto artigo. Os autores defendem teoricamente a importância da dimensão território-internacional da autoridade e da legitimidade para estrategistas e para a área de estratégia. Isso significa, para eles, que o conhecimento gerado nos EUA é de aplicação problemática no Brasil, por não considerar questões de poder, de política, bem como de especificidades de economias emergentes. Júlio Cesar e Carlos Everaldo discutem no quinto artigo a empresarialização e o controle organizacional em um clube de futebol catarinense: o Figueirense Futebol Clube. Os autores dão sequência a um série de trabalhos na mesma direção, que têm sido desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. No sexto artigo Elisete Pfitscher, Bernardete Limongi, Eleonora Vieira, Margarete Pfitscher e Paulo César Pfitscher analisam a situação dos gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais em hospitais utilizando o método Gaia (Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais). O sétimo artigo é um ensaio teórico de autoria de Marco Túlio. Trata da confiança organizacional como chave para a coordenação implícita e para a construção do capital intangível. O oitavo artigo, assinado por Flávia Pacheco, Ana Beatriz Silveira e Alessandra Nogueira analisa a questão da participação social na Conferência Municipal de Olinda e chegam a conclusão de que tal participação ainda é razoavelmente limitada. No nono artigo Márcia Carvilhe, Heitor Pereira e Heitor Kato apresentam os resultados de um estudo sobre a contribuição da gestão do conhecimento na geração de benefícios intermediários em programas públicos. O caso estudado é o do programa Mãe Curitibana. O artigo que fecha este número é de autoria de Ana Sílvia Ipiranga, Mônica Amorim e Maria Vilma Faria. As autoras apresentam uma proposta de aplicação de tecnologia de mobilização social para o desenvolvimento de um arranjo produtivo local. Encerramos este número dos Cadernos Ebape.BR com a resenha de Francisco Costa, do livro Shopping center: a catedral das mercadorias de autoria de Valquíria Padilha.

Desejo a todos boa leitura!

Marcelo Milano Falcão Vieira
Editor